



1642

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na 0330081-0

Apelação Cível nº:

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Agravado: Bianor da Silva Santiago

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Acórdão

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL EM APELAÇÃO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS C/C DANOS MORAIS. QUEDA DE ENERGIA PROVOCANDO DANOS ELÉTRICOS A APARELHOS ELETRÔNICOS. VEDAÇÃO DE EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE DE EQUIPAMENTOS. ART. 204 DA RESOLUÇÃO 414/10 DA ANEEL. DANO MATERIAL E MORAL DEVIDOS. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO PELO JUIZ SINGULAR QUANTO AOS DANOS MATERIAIS, FIXANDO EM R\$ 3519,40 (três mil quinhentos e dezenove reais e quarenta centavos) E MANUTENÇÃO DOS DANOS MORAIS EM R\$ 10.000 (dez mil reais). AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Art. 204. O consumidor tem até 90 (noventa) dias, a contar da data provável da ocorrência do dano elétrico no equipamento, para solicitar o ressarcimento à distribuidora, devendo fornecer, no mínimo, os seguintes elementos: § 6º Podem ser objeto de pedido de ressarcimento quaisquer equipamentos alimentados por energia elétrica conectados na unidade consumidora, sendo vedada a exigência de comprovação da propriedade do equipamento.
2. O Superior Tribunal de Justiça tem firmado posicionamento no sentido da responsabilidade ser objetiva nos casos de defeito na prestação do serviço das concessionárias de serviço público. Danos morais devidos e arbitrados no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) e danos materiais no valor de R\$ 3.519,40 (três mil quinhentos e dezenove reais e quarenta centavos);
3. Ilegalidade do procedimento adotado pela CELPE, quando esta exige, para que possa ressarcir o agravado, prova da propriedade dos equipamentos danificados com a queda de energia. Irresignação. Improvimento do recurso. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo nº. 0330081-0**, em que figuram como Agravante **Companhia Energética de Pernambuco - CELPE** e, como Agravado, Bianor da Silva Santiago,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo interposto pela **Companhia Energética de Pernambuco**, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de Julho de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL	
Agravo Legal na	0330081-0 Comarca de Caruaru
Apelação Cível nº:	
Agravante:	Companhia Energética de Pernambuco – CELPE
Agravado:	Bianor da Silva Santiago
Relator:	Des. Eurico de Barros Correia Filho
Relatório	

A **Companhia Energética de Pernambuco – CELPE** interpôs recurso de agravo em face da decisão terminativa que concedeu seguimento parcial ao recurso de apelação oferecido pela ora recorrente contra decisão proferida nos autos da **ação de reparação de danos materiais c/c danos morais** interposta por **BIANOR DA SILVA SANTIAGO**, julgando procedentes os pedidos do demandante e condenando a requerida ao pagamento de indenização por danos materiais no valor de R\$ 3.519,40 (três mil quinhentos e dezenove reais e quarenta centavos) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) quanto aos danos morais. Por fim, condenou a Celpe ao pagamento de custas e de honorários advocatícios no percentual de 15% do valor da condenação.

Em suas razões recursais, a parte agravante, em síntese, sustenta haver justo motivo para a reforma da decisão guerreada na medida em que esta relatoria não poderia ter negado seguimento ao recurso de apelação uma vez que os procedimentos adotados pela CELPE teriam sido pautados com estrita observância ao disposto na Resolução 414/2010/ANEEL.


Sustenta que a indenização por danos morais teria desrespeitado os princípios da proporcionalidade e prudência, uma vez que os danos apresentados pelo autor não teriam sido comprovados, bem como que não poderia haver restituição pelos danos materiais haja vista que a parte agravada deixou de atender aos requisitos solicitados pela concessionária.

Ao final, pugna para que seja dado provimento à apelação, reformando a sentença singular para julgar o pleito inicial totalmente improcedente.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este agravo à apreciação da Câmara.

É o bastante a relatar.

Recife, 03 de julho 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Legal na 0330081-0 – Comarca de Recife

Apelação Cível nº:

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Agravado: Bianor da Silva Santiago

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Voto de Mérito

Analisando perfunctoriamente o acervo fático probatório, percebo que o cerne da controvérsia é saber se a agravante seria ou não responsável pelos danos elétricos na residência do agravado, causado no dia **30/01/2012** por uma queda no fornecimento de energia elétrica.

Consta dos autos que funcionários da recorrente estiveram na unidade consumidora alguns dias após o ocorrido (08/02/2012) e constaram que realmente alguns equipamentos (televisão, telefone, interfone e internet), não estavam funcionando, momento em que foi realizado pedido administrativo de indenização por danos elétricos, (conforme se pode observar às fls. 15).

Ocorre que em 23/02/12 a agravante, por meio de carta, solicita uma série de exigências a fim de prosseguir com o pedido de indenização por danos elétricos do demandante, dentre as quais o de demonstrar a propriedade dos equipamentos danificados, fato este que é expressamente proibido pela resolução nº 414/10 da ANEEL, vejamos:

Art. 204. O consumidor tem até 90 (noventa) dias, a contar da data provável da ocorrência do dano elétrico no equipamento, para solicitar o ressarcimento à distribuidora, devendo fornecer, no mínimo, os seguintes elementos:

§ 6º Podem ser objeto de pedido de ressarcimento quaisquer equipamentos alimentados por energia elétrica conectados na unidade consumidora, **sendo vedada a exigência de comprovação da propriedade do equipamento** (grifo nosso).

Assim, muito embora tenha o autor empregado todos os seus esforços para receber os valores referentes ao dano suportado pela oscilação no fornecimento de energia elétrica, não obteve êxito no seu intento.

Na hipótese, não há dúvidas do dever de indenizar da empresa recorrente, haja vista o descaso evidente da concessionária pública em resolver o problema.

Com se sabe, a concessão de serviços públicos deve atender ao interesse público e subsume-se à exigência de certos atributos, quais sejam: qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade, cortesia e segurança.

Nesse contexto, conclui-se que, se houve interrupção na prestação do serviço, de modo a causar danos aos equipamentos elétricos na residência do apelado, admitidos e identificados pela recorrente, a mesma criou **obstáculos burocráticos** que inviabilizaram o recebimento de seus créditos na seara administrativa.

Ademais, imperioso deixar registrado que a relação estabelecida entre as partes litigantes tem natureza **consumerista**, de maneira que, nos casos de prestação de serviço defeituoso, **responde o fornecedor pelos danos causados ao consumidor independentemente de culpa**, tudo em

conformidade com o que estabelece o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor.

Nesse sentido a jurisprudência dos tribunais pátrios:

"RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. ATIVIDADE DE ALTA PERICULOSIDADE. TEORIA DO RISCO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CONSERVAÇÃO INADEQUADA DA REDE DE TRANSMISSÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CULPA DA EMPRESA RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA DE ORIGEM. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. 1. A empresa que desempenha atividade de risco e, sobretudo, colhe lucros desta, deve responder pelos danos que eventualmente ocasione a terceiros, independentemente da comprovação de dolo ou culpa em sua conduta. 2. Os riscos decorrentes da geração e transmissão de energia elétrica, atividades realizadas em proveito da sociedade, devem, igualmente, ser repartidos por todos, ensejando, por conseguinte, a responsabilização da coletividade, na figura do Estado e de suas concessionárias, pelos danos ocasionados. 3. Não obstante amparar-se na Teoria do Risco, invocando a responsabilidade objetiva da concessionária, a instâncias ordinárias também reconheceram existência de culpa em sua conduta: a queda de fios de alta tensão era constante na região, mesmo assim a empresa não empreendeu as necessárias medidas de conservação da rede, expondo a população a risco desnecessário. 4. Não se conhece do recurso no tocante à redução da pensão mensal, porquanto os danos materiais foram fixados na sentença, sem que a parte ora recorrente impugnasse tal ponto em seu recurso de apelação, conformando-se com o decisorio. (...) 7. Recurso Especial não conhecido." (REsp 896568 / CE, Relator para Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 30/06/2009).

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS - INTERRUPTÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - PERDA DE FUMO EM ESTUFA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DESPROVIMENTO DO APELO E ACOLHIMENTO PARCIAL DO RECURSO ADESIVO. Havendo dano comprovado e causalidade deste com a conduta da prestadora - no caso de interrupção no fornecimento de energia - está presente o dever de indenizar, uma vez que estamos no âmbito da responsabilidade objetiva, prevista no art. 37, § 6º da Carta Magna e também no Código de Defesa do Consumidor" (AC n. 2004.010527-4, de Urubuci, Rel. Des. FRANCISCO OLIVEIRA FILHO, julgada em 31/08/2004).

A falha na prestação do serviço, evidenciada ante as provas produzidas ao longo da instrução do processo, não permite interpretação diversa daquela adotada pelo Juiz na r.sentença, tanto mais pelo disposto no Código de Defesa do Consumidor, que reza em seu art. 22 e seu parágrafo único:

"Os órgãos públicos, por si ou por suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código".

Assim, configurado o **ato ilícito** (interrupção brusca do fornecimento de energia elétrica), o **dano moral**, isto é, o constrangimento do autor em realizar uma verdadeira peregrinação para reaver seu crédito administrativamente e ao final, não ter reconhecido seu direito ao recebimento dos valores já pontuados e identificados pela Celpe e o **nexo de causalidade**, pois o dano suportado pelo demandante foi gerado pela negligência da concessionária, resta analisar o quantum indenizatório fixado na sentença.

Desta feita, configurado estar o dever de indenizar, já que a concessionária responde independentemente de culpa pelos danos elétricos que causar a equipamentos elétricos instalados em unidade consumidora. Assim prevê a resolução 414/12 da ANEEL em seu art. 210, vejamos:

Art. 210. *A distribuidora responde, independente da existência de culpa, pelos danos elétricos causados a equipamentos elétricos instalados em unidades consumidoras, nos termos do art. 203.*

A verdade é que, no caso em tela, houve efetiva deficiência na prestação de serviço público de **natureza essencial**.

Note-se que, com a queda brusca no fornecimento de energia elétrica, acabou por incorrer na queima de 3 decodificadores, 1 televisor, 1 modem, 1 PABX e 2 interfones, os quais foram identificados e reconhecidos pela concessionária como sendo passíveis de serem indenizados. Entretanto, a Celpe ficou-se inerte, não trazendo no caderno processual qualquer prova que tenha empregado esforços em resolver a lide, donde se evidencia que a hipótese dos autos ultrapassa os meros aborrecimentos.

Ademais, conforme se depreende dos autos, alguns dos equipamentos danificados são instrumentos de uso profissional do demandante, já que é advogado e depende da rede mundial de computadores (internet) para realizar pesquisas e afins, o que demandaria uma maior agilidade na prestação dos reparos por parte da agravante, fato este que também foi ignorado.

Como já salientado, o Código de Defesa do Consumidor também reconhece a responsabilidade do fornecedor independente de culpa (artigo 14), prevendo que, em tese, todos os ofensores responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas consumeristas (artigo 7º, parágrafo único), quer por conduta omissiva ou comissiva.

Em adição, acrescento que tal responsabilidade advém da teoria do risco do negócio.

Sobre o assunto, tomo de empréstimos os ensinamentos de SÉRGIO CAVALIERI FILHO:

"(...) todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no mercado de consumo tem o dever de responder pelos eventuais vícios ou defeitos dos bens e serviços fornecidos, independentemente de culpa. Este dever é imanente ao dever de obediência às normas técnicas e de segurança, bem como aos critérios de lealdade, quer perante os bens e serviços ofertados, quer perante os destinatários dessas ofertas. A responsabilidade decorre do simples fato de dispor-se alguém a realizar atividade de produzir, estocar, distribuir e comercializar produtos ou executar determinados serviços. O fornecedor passa a ser o garante dos produtos e serviços que oferece no mercado de consumo, respondendo pela qualidade e segurança dos mesmos (...). O consumidor não pode assumir os riscos das relações de consumo, não pode arcar sozinho com os prejuízos decorrentes dos acidentes de consumo, ou ficar sem indenização. Tal como ocorre na responsabilidade do Estado, os riscos devem ser socializados, repartidos entre todos, já que os benefícios são também para todos. E cabe ao fornecedor, através dos mecanismos de preço, proceder a essa repartição de custos sociais dos danos. É a justiça distributiva, que reparte equitativamente os riscos inerentes à sociedade de consumo entre todos, através dos mecanismos de preços, repita-se, e dos seguros sociais, evitando, assim, despejar esses enormes riscos nos ombros do consumidor individual" (Programa de Responsabilidade Civil, São Paulo: Editora Malheiros, 5ª edição, 2003, p. 475).

Ora, como se sabe, o dano moral é a lesão a bens personalíssimos, integrantes da personalidade, entre outros, a integridade psicológica, de sorte a causar dor, sofrimento e desconforto.

Na falta de parâmetros objetivos definidos para a sua fixação, tem-se solidificado o entendimento no sentido de que:

"...não deve a mesma ser de tal ordem que se convole em fator de enriquecimento, nem tão ínfima que possa aviltar a reparação, perdendo sua finalidade. Para tanto, tem-se entendido deva ser considerado no arbitramento de seu valor, aspectos como a maior ou menor lesão, a intensidade do dolo ou culpa do agente, assim como a condição sócio-econômica do ofensor e do lesado para que não se perca em puro subjetivismo" (Aloísio Nogueira, Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, nº 02, 1996, p. 428).

Desses conceitos se extrai que a reparação moral deve sempre ser fixada de forma a atender à dupla finalidade do instituto, qual seja, desestimular, de forma pedagógica, o ofensor a condutas do mesmo gênero (teoria do desestímulo), e propiciar ao ofendido os meios de compensar a dor e os transtornos experimentados, sem que isso implique em fonte de lucro indevido.

Sobre o tema, é pacífico o entendimento no sentido de que o dano moral deve ser fixado segundo os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, para que se evite enriquecimento desnecessário da parte menos favorecida. A jurisprudência entende pela possibilidade de redução quando necessária a adequação aos princípios da razoabilidade e prudência, vejamos:

RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULOS. DANOS MORAIS. CABIMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. SÚMULA 7/STJ. **VALOR EXCESSIVO. REDUÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.** I - O enunciado 227 da Súmula desta Corte encerrou a controvérsia a fim de reconhecer a possibilidade de a pessoa jurídica sofrer dano moral. II - Rever os fundamentos do acórdão quanto à responsabilidade dos réus e à existência de danos morais encontra óbice nesta instância especial, à luz do enunciado 7 da Súmula deste Tribunal Superior. III - **É entendimento uníssono nesta Corte que "o valor do dano moral (...) deve ser fixado com moderação, considerando a realidade de cada caso, cabível a intervenção da Corte quando exagerado, absurdo, causador de enriquecimento ilícito"** (REsp nº 255.056/RJ, DJ de 30/10/2000). IV- No caso em apreço, mostrando-se excessivo o valor fixado nas instâncias ordinárias, a redução se faz necessária. Recurso especial provido. (REsp 886.284/SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/10/2006, DJ 18/12/2006 p. 399)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA. **REVISÃO DO QUANTUM. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO.** 1. Firmou-se entendimento nesta Corte Superior, de que sempre que desarrazoado o valor imposto na condenação, impõe-se sua adequação, evitando assim o injustificado locupletamento da parte vencedora; 2. Recurso especial conhecido em parte e, na extensão, provido. (REsp 749.196/PB, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2007, DJ 16/04/2007 p. 206).

Por essas razões, entendo que não há elementos nos autos que possam trazer a esta relatoria elementos para reduzir a indenização por danos morais, haja vista a mesma ter respeitado os princípios da razoabilidade e prudência.

No que tange aos danos materiais, é sabido que apenas os prejuízos **comprovados nos autos** ensejam ao causador do dano o dever de restituição. Na inicial o autor juntou diversos recibos e notas fiscais objetivando comprovar os danos materiais suportados (fls. 25/31).

Verifico que as provas dos autos são todas no sentido de demonstrar a veracidade das alegações do autor, ora agravado, de que houve falha na prestação do serviço de fornecimento de energia, provocando um dano avaliado em **R\$ 3.519,40** (três mil quinhentos e dezenove reais e quarenta centavos), conforme orçamento de fls. 25/31.

Assim sendo, resta demonstrado nos autos a ocorrência de **dano material**, qual seja, as avarias nos seus equipamentos elétricos, decorrentes da falha na prestação do serviço por parte da apelante, (**ato ilícito**) os quais foram contratados para fornecer energia elétrica de forma adequada (**nexo causal**), caracterizando-se, assim, a responsabilidade objetiva por parte da concessionária.

A esse respeito o entendimento é consolidado, se não, vejamos:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR **DANOS MATERIAIS**. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPTÃO. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CURA DO FUMO. REDUÇÃO DO VALOR COMERCIAL DO PRODUTO. PERDAS E **DANOS**. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 37, § 6º, DA CF E ARTS. 14, §§ 1º E 3º E 22 DO CDC. Proposta a demanda indenizatória contra concessionária de serviço público de energia elétrica, o regime a ser aplicado é o da responsabilidade civil objetiva. Incidência do art. 37, § 6º, da CF e dos arts. 14 e 22, parágrafo único, do CDC. Evidenciado que a demandada é responsável pela interrupção do fornecimento de energia elétrica na propriedade rural da parte autora, e desse evento resultou prejuízo material pela redução do valor comercial do fumo submetido a processo de secagem naquela ocasião, daí resulta o dever de indenizar. Ausência de comprovação das excludentes previstas no art. 14, § 3º, do CDC e de caso fortuito e força maior. **DANOS MATERIAIS**. Danos materiais comprovados através de laudo técnico confeccionado por Técnico Agrícola da AFUBRA. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70058256439, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em 26/03/2014)

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE **DANOS MATERIAIS**. VEÍCULO DO AUTOR DANIFICADO PELA QUEDA DE TELHAS QUANDO SE ACHAVA ESTACIONADO DENTRO DO PÁTIO DO PARQUE DE MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL. FORTE VENDEVAL. PRÉDIO PÚBLICO CUJO TELHADO ESTAVA MAL CONSERVADO, COM TELHAS SOLTAS. VEÍCULO PARTICULAR PERTENCENTE A SERVIDOR PÚBLICO UTILIZADO TAMBÉM A SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE. AUTORIZAÇÃO TÁCITA PARA QUE PERMANECESSE ESTACIONADO NESSE LOCAL. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO MUNICÍPIO. NEXO DE CAUSALIDADE E **DANOS MATERIAIS** COMPROVADOS. O Estado "lato sensu" obriga-se a reparar prejuízos **materiais** decorrentes de comportamentos comissivos ou omissivos que lhe são imputáveis, nos termos do parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição Federal. A responsabilidade dos entes públicos independe da prova do elemento subjetivo (dolo ou culpa), sendo suficiente a demonstração do dano e do nexo causal. Ao ente público compete demonstrar a existência de uma das causas de exclusão da responsabilidade civil objetiva, como a culpa exclusiva da vítima, o caso fortuito, a força maior ou a ausência do nexo causal entre o dano e o evento. Situação concreta retratada nos autos em que evidenciada a conduta omissiva do Município acionado, ao deixar de adotar providências tendentes a zelar pela perfeita conservação de prédio público, fator determinante que concorreu de modo decisivo para a causação dos **danos materiais** que atingiram bem pertencente ao sujeito lesado. Necessidade de reparar o prejuízo material, restituindo o patrimônio da vítima ao "status quo ante", ou seja, à situação anterior ao evento danoso. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70056711377, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em 26/03/2014)

Isto posto, inexistindo nenhum fato novo para realizar o Juízo de retratação na decisão vergastada, mantenho a decisão recorrida em todos os seus fundamentos, pelo que voto no sentido de **negar provimento ao Recurso de Agravo.**

É como voto.

Recife, 03 de julho de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator